



# AS DRAMÁTICAS DO USO DO CORPO-SI DOCENTE NA PANDEMIA: UMA INVESTIGAÇÃO ERGOLÓGICA

---

THE DRAMATIC USE OF TEACHING SI-STAFF IN THE  
PANDEMIC:  
AN ERGOLOGICAL INVESTIGATION

Rosana Souza de Vargas<sup>1</sup>  
*Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul*

Ernani Cesar de Freitas<sup>2</sup>  
*Universidade de Passo Fundo*

Priscila de Queiroz Amarante<sup>3</sup>  
*Prefeitura Municipal de Passo Fundo*

**Resumo:** Este artigo tem como temática a interface Linguagem e Trabalho com base nas conjecturas teóricas da Ergologia. O objetivo é identificar e analisar as dramáticas do uso do corpo-si, os saberes constituídos e investidos, as renormalizações e renormatizações enfrentadas por professores de Letras da educação básica durante o ensino remoto e no retorno às aulas presenciais em 2021. O estudo pauta-se em conceitos advindos da temática mencionada, como: noção de atividade, tarefa e trabalho, dramáticas do uso de corpo-si no trabalho, saber constituído e saber investido, renormalizações e renormatizações. Contempla uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa aplicada exploratória e de campo. Foi realizado um levantamento bibliográfico e procedeu-se a uma Análise Textual Discursiva (ATD) de entrevistas semiestruturadas com três docentes de Letras. Como resultados, evidencia-se que há uma intensificação das práticas trabalhistas docentes identificadas nas dramáticas do uso de si por si e pelos outros, que pressupõe sobrecarga laboral e esgotamento mental e psicológico.

---

<sup>1</sup> E-mail: rosanasdvargas@gmail.com.

<sup>2</sup> E-mail: ecesar@upf.br.

<sup>3</sup> E-mail: priscilaqamarante@hotmail.com.

Palavras-chave: Linguagem e trabalho; Dramáticas do uso do corpo si; Estudos ergológicos; Docência na pandemia.

**Abstract:** *The subject of this article is the Language and Work interface based on the theoretical conjectures of Ergology. The objective is to identify and analyze the dramatic consequences of the use of the body-self, constituted and invested knowledge, renormalizations and renormalizations faced by Literature teachers in basic education during remote teaching and when returning to face-to-face classes in 2021. Contemplate a qualitative approach through an exploratory and field applied research. A bibliographical survey and a Discursive Textual Analysis (DTA) of semi-structured interviews with three Languages teachers were carried out. As a result, it is evident that there is an intensification of teaching labor practices identified in the dramatic use of the self by oneself and by others, who have suffered work overload and mental and psychological exhaustion.*

**Keywords:** *Language and work; Dramatic use of the body itself; Ergological studies; Teaching in the pandemic.*

*Lutar com palavras é a luta mais vã. Entanto lutamos mal rompe a manhã. São muitas, eu pouco. Algumas, tão fortes como o javali. Não me julgo louco. Se o fosse, teria poder de encantá-las. Mas lúcido e frio, apareço e tento apanhar algumas para meu sustento num dia de vida até aqui. (Carlos Drummond de Andrade)*

## INTRODUÇÃO

A atividade laboral cinge a humanidade desde que ela existe. Seus indícios datam das mais longínquas histórias, e, na sociedade, seja ela qual for, o trabalho representa cultura, identidade, vida: nós somos sujeitos do trabalho e dele dependemos em muitos sentidos. Independentemente do viés, da atividade ou da tarefa que implique, o trabalho permitiu ao homem desenvolver habilidades e competências para evoluir e sobreviver.

Dadas as diversas vertentes que abordam a temática do trabalho, uma nova corrente de estudos vem se desenvolvendo desde os anos de 1980: a Ergologia. Essa abordagem, pensada por Yves Schwartz (2011), filósofo francês, compõe-se como uma forma de conhecer e intervir sobre as situações de trabalho, transformando-as. Tal transformação equivale ao domínio dos saberes que são compartilhados e ao (re)conhecimento dos saberes do outro, semelhante, ao assumir que ele também recria, na sua atividade laboral, saberes outros que podem ser aprendidos.

Logo, ao reconhecer como válida a perspectiva ergológica para compreender a atividade laboral, torna-se imprescindível assumir que a docência, no período de pandemia, foi uma atividade desafiadora. Os professores de Letras, foco deste estudo, e os docentes em geral que atuam na educação básica enfrentam muitos desafios e a sua profissão condensa uma história de muitos problemas, contradições e confrontos, teóricos e práticos. Não obstante, considerando o atual cenário educacional, pós-pandêmico, importa dar voz, visibilidade e procurar meios de compreender o trabalho docente, principalmente reconhecer as dramáticas profissionais vivenciadas na práxis dos professores, já que os seus contextos laborais, em mais ou menos um ano, modificaram-se de modo extremo, nos mais diversificados aspectos, o que, dentre outros, envolve horários, atividades e tarefas.

Diante disso, partimos do seguinte problema de pesquisa: quais as dramáticas de uso do corpo-si enfrentadas por professores de Letras da educação básica durante o ensino remoto, ocasionado pela pandemia, e no retorno às aulas presenciais? Assimilar essa realidade e refletir sobre tal questionamento nos leva ao objetivo deste artigo, que é identificar e analisar as dramáticas do uso do corpo-si, saberes constituídos e investidos, renormalizações e renormatizações enfrentados por professores de Letras da educação básica durante o ensino remoto e no retorno às aulas presenciais em 2021.

Para tanto, esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de uma investigação aplicada exploratória, pois fornece um levantamento bibliográfico, empregado a partir de Schwartz (2010, 2011, 2014), Freitas (2014), Trinquet (2012) e Guérin (2001), dentre outros, e apresenta uma pesquisa de campo empregada por meio de entrevistas semiestruturadas com três docentes de Letras. Nesse sentido, ao adotar o viés teórico da linguagem sobre o trabalho, de Nouroudine (2002), os resultados se encaminham para a afirmação de que, diante do contexto laboral investigado, há uma intensificação das práticas trabalhistas docentes.

Dessa maneira, ao delimitar-se ao estudo da Linguagem e Trabalho na interface com as conjecturas teóricas da Ergologia, este artigo estrutura-se em cinco seções: Introdução; A linguagem sobre o trabalho: considerações sobre ergologia e dramáticas de uso do corpo-si; Procedimentos metodológicos; As dramáticas dos corpos-si docentes na pandemia: análise dos resultados e discussão; Considerações finais; Referências. A seguir, apresentamos os fundamentos teóricos que balizam a discussão proposta.

## 1 A LINGUAGEM SOBRE O TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ERGOLOGIA E DRAMÁTICAS DE USO DO CORPO-SI

Nesta seção, abordamos os conceitos da tríade das linguagens no trabalho (*sobre, no e como* trabalho) e da Ergologia, como as dramáticas do uso do corpo-si por si e pelos outros, saberes prescritos e saberes investidos, renormalização e renormatização.

Tendo em vista o propósito desta produção, é indispensável, primeiramente, que se apresente a definição dos conceitos que a linguagem assume no âmbito do labor: linguagem *como* trabalho; linguagem *no* trabalho; linguagem *sobre* o trabalho – esta última adotada neste estudo. Faïta (2002, p. 46) explica que a linguagem é “uma faceta da atividade global, incluindo as relações que cada sujeito mantém com os outros, com seu ambiente, assim como com ele próprio”. Portanto, permite analisar, compreender e intervir no trabalho.

Desse modo, a linguagem *no* trabalho acontece quando o sujeito fala sobre a atividade laboral para si e fala ao outro, para o outro no labor (Noroudine, 2002). No entanto, esse dizer está intimamente relacionado aos “desafios da realização do trabalho e da existência da identidade pessoal dentro e pelo outro grupo, sobretudo através do tempo” (Noroudine, 2002, p. 19). São falas conscientes que buscam a interação para que o objetivo coletivo seja alcançado. Nouroudine (2002) apresenta essas falas como narrativas ou comentários. O autor ainda expressa que a linguagem *como* trabalho (2002, p. 22) é “individual e

/ ou coletivo dentro da atividade, em tempo e em lugar reais” e destaca que ela acontece no trabalho. Por exemplo, o professor, ao ministrar sua aula, utiliza a linguagem *como* trabalho.

Acerca dessas duas linguagens, Nouroudine (2002, p. 22) acrescenta que “É nesse ponto de vista que os dois aspectos da linguagem são, simultaneamente, distintos e ligados”, pois um acontece no local de trabalho e se caracteriza como comentário ou narrativa da tarefa que se está realizando, enquanto o outro diz respeito à utilização da linguagem para realização da tarefa em si.

A linguagem *sobre* o trabalho, por sua vez, ocorre por meio dos “[...] saberes [...] transmitidos de uns aos outros em uma coletividade de trabalho ou em relações pessoais, em outras situações” (Nouroudine, 2002, p. 26). Essa troca de informação sobre o trabalho, de acordo com Nouroudine (2002, p. 26), “possibilita avaliar uma situação, um problema, objetivando a ação” em prol de modificar os discursos e as práticas estabelecidos. Além do mais, o autor cita que essa última linguagem se imbrica com as outras duas. Essa tríade está interligada e não é possível falar de uma linguagem sem falar da outra, embora essa distinção seja necessária para uma análise da linguagem laboral, pois cada aspecto pode levar a um caminho investigativo diferente.

A partir dessa compreensão, no âmbito da Ergologia<sup>4</sup>, encontram-se modos de entender o processo laboral em sua concretude. Assim, Schwartz, ao ser questionado por Nicole Mencacci sobre a definição de Ergologia, explica que “conforma o projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho, para transformá-las” (Schwartz; Mencacci, 2010, p. 25). A partir dessa visão e dessa nova abordagem, ocorreram algumas mudanças na

---

<sup>4</sup> A Ergologia, segundo Freitas (2014, p. 3281), derivou dos estudos da Ergonomia, contudo, “o fato é que a ergonomia da atividade foi se construindo com base na constatação dos efeitos nocivos produzidos pela administração científica do trabalho, cuja versão mais acabada ao final dos anos 40 tinha a face do taylorismo-fordismo”.

forma de olhar e executar o trabalho, e esse contexto representa um salto epistemológico nas relações trabalhistas.

Schwartz (2010, p. 30) ressaltou que a Ergologia diz respeito ao eterno aprender permanente dos debates de normas e de valores que permeiam e indefinidamente renovam a atividade trabalhista; para ele, trata-se do que chama de “desconforto intelectual”. Assim:

Na Ergologia, [...], a análise é feita tanto quanto possível “do ponto de vista daquele que trabalha” e se constitui no intuito de investigar o permanente debate de normas e de valores que renovam indefinidamente a atividade humana, concentrando-se sobre a relação que a pessoa estabelece com o meio no qual está engajada (Schwartz; Durriue, 2010, p. 295).

Dessa forma, entende-se que a Ergologia é uma abordagem que possibilita mudança constante na forma de executar determinado trabalho. Isso porque, por meio da observação do labor, do ambiente e do discurso – das pessoas que o executam e das que a normatizam –, é possível mudar as normas e, assim, possibilitar mudanças benéficas para o empregado e para o empregador.

Para investigar a complexidade do trabalho nessa perspectiva, é necessário compreender conceitos como os de *trabalho*, *atividade* e *tarefa*. Nesse sentido, Trinquet (2012, p. 96) aponta que “o trabalho não é só uma realização técnica e/ou mecânica, a qual muitos o reduzem [...] é um ato da natureza humana que engloba e restitui toda complexidade humana”. Portanto, o trabalho não corresponde a um contexto imutável, que depende apenas de normas e técnicas, pelo contrário: envolve uma complexidade maior, já que nessa instituição há pessoas e suas subjetividades, alocadas individualmente em situações de um dado contexto social, histórico e cultural, e questões econômicas, da esfera local e global; ou seja, dramáticas do uso de si, as quais implicam logicamente o desenvolvimento humano.

A tarefa, por outro lado, difere do trabalho por duas razões. A primeira é a perspectiva de que há uma relação estreita entre ela e o trabalho a partir das circunstâncias e dos seus resultados (Guérin, 2010), no entanto, na tarefa, há condições determinadas que são diferentes das condições reais de trabalho. Quando executada, podem acontecer variáveis que não são – ou não podem ser – previstas, como o fato de faltar luz e, em razão disso, um equipamento não funcionar, por exemplo, o que irá dificultar sua execução e/ou retardar o processo. Com isso, entende-se que o resultado antecipado não é o resultado efetivo, pois, tal como exemplificado, com a falta de energia, o modo como se realiza a tarefa pode ser modificado ou sua execução não poderá se efetivar. A segunda razão que diferencia esses dois conceitos é que há a normatização (prescrição de normas), mas não há o resultado, apenas uma previsão do que pode vir a ser um resultado. Guérin (2001, p. 14) aponta que “a tarefa como resultado antecipado [é] fixado em condições determinadas”. Logo, “fica faltando a atividade de trabalho, [...] a maneira como os resultados são obtidos e os meios utilizados” (Guérin, 2001, p. 14), ou seja, faltam as renormalizações, ou as atualizações das normas, empregadas para realização dessas tarefas na execução das atividades.

Trinquet (2012, p. 96), nesse contexto, afirma que a atividade é conferida como algo interior: “[...] é o que se passa na mente e no corpo da pessoa no trabalho, em diálogo com ela mesma, com o seu meio e com os outros. [...] é o que faz com que o trabalho possa se realizar e, de fato, se realiza”. Por isso, o trabalho engloba tanto a tarefa (prescrição) quanto a atividade (aquilo que se realiza cognitivamente para que a tarefa seja realizada). Contudo, destacam-se as dificuldades em levar os trabalhadores a falar sobre sua atividade no trabalho, pois, por ser algo pessoal e que envolve o que pensam e sentem, muitas vezes, eles se restringem a falar apenas da tarefa que executam ou do trabalho de forma geral. Conforme Schwartz (2002, p. 135),

[...] toda atividade é sempre, e em todos os graus imagináveis entre o explícito e não-formulado, entre o verbo e o corpo, entre a história coletiva e o itinerário singular, o lugar de um debate incessantemente reinstaurado entre normas antecedentes a serem definidas a cada vez em função das circunstâncias e processos parciais de renormalizações [...].

Tal compreensão leva às dramáticas no trabalho, um conceito muito importante na Ergologia. Assim, não entendemos as dramáticas de uso do corpo-si como simples dramas da vida cotidiana, mas as assumimos com o significado de que a vida, em todos os seus aspectos, não deve ser mecânica (Schwartz, 2011). A dramática, desse modo, não tem relação com drama e/ou atuação; ela representa as vivências e as situações a que os trabalhadores estão sujeitos durante sua jornada de trabalho.

A partir disso, Mencacci e Schwartz (2015, p. 38) afirmam que dramática “quer dizer que nunca vai deixar de acontecer alguma coisa, porque ocorrerão sempre esses debates, e ninguém vai poder escapar deles, por isso eu falo em um ‘desvio a ser vivido’”. Tal desvio representa aquilo que pode ser previsto por uma prescrição/pela norma, mas que na atividade de trabalho pode ser executado de um modo diferente, ou mesmo por uma ocasião imprevisível, que dificulta tal execução.

Nesse sentido, no trabalho, há a prescrição de tarefas para que o trabalhador execute, ou seja, são instituídos objetivos a serem alcançados. Mas é entre o trabalho prescrito e o trabalho real que ocorrem as dramáticas. Lembramos que o trabalho prescrito, de acordo com Schwartz e Durrive (2010), envolve tudo que preexiste à atividade, e no trabalho real ocorrem as neutralizações e as ressingularizações.

De acordo com Freitas (2014, p. 3288):

O trabalho prescrito pressupõe um conjunto de condições e exigências [...], e inclui tanto [...] determinantes de uma situação de trabalho (ambiente físico, matéria-prima, equipamentos etc.)

quanto as prescrições (normas, ordens, metas e objetivos, resultados a serem obtidos etc.).

Seguir a abordagem ergológica não significa, portanto, que o trabalho não demande a execução de tarefas, pois não existe divisão entre aqueles que as planejam e aqueles que as executam (Schwartz; Durrive, 2010). Assim, “As normas, as prescrições, têm o objetivo de estabelecer parâmetros para a realização do trabalho, da atividade” (Freitas, 2014, p. 9). Compreende-se, dessarte, que a atividade é, antes de tudo, a realização da tarefa, que, por sua vez, é prescrita e imposta pelos agentes reguladores da profissão (Guérin, 2001). Nesse processo, a renormalização das normas é imperial, já que representa a revisitação das normas e daquilo que é possível e cabível de ser alterado no processo laboral.

Como o trabalho não pode ser previsto em sua totalidade, existem as dramáticas. Os trabalhadores e trabalhadoras são pessoas pensantes que buscam alternativas para melhor executar o trabalho prescrito e para solucionar possíveis problemas que não podem ser previstos. No cotidiano do trabalho há muitas variáveis, nada é estanque, e com isso é necessário que haja a renormalização, o que provoca a atuação do trabalhador como corpo-si, na perspectiva do labor. De acordo com Mencacci e Schwartz (2015, p. 35), não se sabe “[...] se as dramáticas acontecem na cabeça ou no corpo. É impossível dizer. [...] por essa razão que ‘si’ se tornou ‘corpo-si’. Sendo que esse corpo-si pode ser ‘consciente e inconsciente’. Em parte, é verbal, em parte, não verbal”. Isso implica que esse corpo-si, tendo em vista o auxílio de seu conhecimento, consegue ampliar a atividade e projetar diversas possibilidades de ser e fazer no trabalho, logo, tem a capacidade de modificar a forma de viver nesse ambiente (Schwartz, 2002).

Nesse sentido, as dramáticas de uso do corpo-si aparecem e podem ocorrer tanto pelo uso do corpo-si por si ou pelo seu uso pelos outros. Em relação a esse uso pelos outros, Schwartz (2014, p. 263) salienta que correspondem “[a]o

uso de si por outros, a inevitável arbitragem, e, portanto, a presença de valores que possibilitam as escolhas, as resultantes das dramáticas em termos de recentramentos, ‘renormalizações’”. No que diz respeito ao uso do corpo-si por si, o autor afirma que tem a ver com a necessidade de “que esses homens e essas mulheres dessem de si mesmos, se utilizassem a si mesmos” (Schwartz, 2014, p. 263). Portanto, percebe-se que o homem usa do corpo-si de diferentes formas no ambiente de trabalho, de modo que utiliza seu saber constituído e seu saber investido para executar seu trabalho, e, quando necessário, para renormalizar o trabalho prescrito. Essa renormalização somente pode ocorrer quando há diálogo entre esses saberes.

O saber constituído, para Mencacci e Schwartz (2015, p. 35), “exige uma aprendizagem, uma disciplina de usinagem de conceitos” e tem a ver com o conhecimento teórico. Já o saber investido, que “alguns denominam ‘saberes de ação’ (nossos ‘saberes investidos’, ou melhor, saberes ‘próximos do polo da aderência’)” é “associado ao uso controlado ou inconsciente da ‘má aderência’” (Durrive, 2010, p. 35). Dito de outro modo, trata-se do conhecimento que tem a ver com aquele adquirido na experiência de trabalho.

O “saber constituído” corresponde ao conhecimento formal e sistematizado que é construído por meio de pesquisas, estudos acadêmicos, teorias e metodologias científicas. Trata-se de um conhecimento consolidado, validado e reconhecido pela comunidade científica, que busca compreender e explicar a realidade de forma objetiva e fundamentada. Esse tipo de saber é adquirido através de formações educacionais, cursos técnicos, graduações e pós-graduações, nos quais os indivíduos têm acesso a um conjunto de informações estruturadas e atualizadas.

O “saber instituído”, por sua vez, refere-se ao conhecimento que é compartilhado e transmitido no ambiente de trabalho e nas práticas cotidianas das organizações. Ele é construído a partir da experiência prática dos colaboradores, dos processos de trabalho e da interação social no contexto

laboral. O “saber instituído” pode envolver conhecimentos tácitos, habilidades específicas, procedimentos internos e normas não formalizadas, que são aprendidas ao longo do tempo e repassadas de geração para geração no ambiente organizacional. Além disso, o reconhecimento e a valorização dos saberes presentes – tanto na academia como na prática laboral – contribuem para o desenvolvimento e o crescimento tanto das organizações quanto dos indivíduos envolvidos.

Mencacci e Schwartz (2015) destacam que o estudo dessas duas formas de conhecimento é essencial para compreender a dinâmica do trabalho e a interação entre o conhecimento formal e o conhecimento prático no ambiente organizacional. A combinação adequada do “saber constituído” e do “saber instituído” pode resultar em práticas mais eficientes, inovação e melhoria contínua nos processos de trabalho. Além disso, o reconhecimento e a valorização dos saberes presentes – na academia ou prática laboral – contribuem para o desenvolvimento e o crescimento, tanto das organizações quanto dos indivíduos envolvidos.

Nesse sentido, Schwartz e Durrive (2010) salientam que a função das renormalizações é a de reinventar a técnica. Para Mencacci e Schwartz (2015), renormalizar diz respeito à criação de normas. Sendo assim, para os pesquisadores, há as normas antecedentes já inseridas e essas normas podem ter surgido das renormalizações coletivas estabilizadas, mais ou menos aceitas. Dito de outro modo, trata-se de uma mudança um pouco sutil forçosamente, mas inevitável. Entende-se, em vista disso, que as normas foram criadas para serem mudadas, pois seria inviável manter uma mesma norma com as mudanças que ocorrem no decorrer dos anos. Sendo assim, a renormalização envolve, sempre, o uso de si. Conforme Schwartz (2010, p. 95), “a vida não pode se desenrolar sob o registro do estrito enquadramento, ou da restrita heterodeterminação [...]”. Ou seja, há uma impossibilidade de vivermos subjugados inteiramente às normas.

No cotidiano escolar, por exemplo, há prescrições que o professor precisa seguir e para isso é preciso adaptar-se, pois a realidade nem sempre condiz com as prescrições. Isso envolve a questão do tempo e a demasia de tarefas para serem realizadas a partir de uma carga horária que não condiz com a demanda, dentre outras questões. Jean-Paul Bronckart (2006, p. 208), ao analisar a prática docente, explica que, no prisma do trabalho prescrito, “projetos didáticos, os programas, os manuais e as sequências didáticas pertencem a esse nível”; já no caso do trabalho real estão “as características efetivas das diversas tarefas que são realizadas pelos trabalhadores em uma situação concreta”. Nesse último caso, de acordo com o que assevera Jean-Paul Bronckart (2006), ao realizarem sua atividade, os docentes se adequam, pois essas características são rondadas por um desconhecimento geral.

Diante disso e dos principais conceitos da Ergologia apresentados para compreender a realidade dos trabalhadores – precisamente, neste artigo, em que professores se manifestam a partir de um contexto pandêmico –, fica saliente a importância do olhar ergológico para compreender a atividade de trabalho adequada às necessidades das dramáticas de uso do corpo-si docente. Logo, apresentamos, a seguir, os procedimentos metodológicos que nos auxiliaram na organização das entrevistas realizadas com profissionais da área investigada.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Assimilar a realidade evidenciada e refletir sobre os questionamentos que pautaram a realização desta pesquisa nos levam ao objetivo deste artigo, que é identificar e analisar as dramáticas do uso do corpo-si, os saberes constituídos e investidos, as renormalizações e as renormatizações. Assim, nesta seção, apresentamos a metodologia de pesquisa adotada.

De abordagem qualitativa, esta investigação foi desenvolvida por meio de uma pesquisa aplicada de natureza exploratória. Nessa direção, foi realizado um levantamento bibliográfico pertinente à temática, o qual, com base em estudos de

autores Schwartz (2010; 2011; 2014), Freitas (2014), Trinquet (2012), Guérin (2001) e Nouroudine (2002), dentre outros. pautou debates sobre temas alinhados aos estudos de Linguagem e Trabalho e Ergologia, tais como: noção de atividade, tarefa e trabalho; dramáticas do uso de corpo-si no trabalho; saber constituído e saber investido; renormalizações e renormatizações.

Também, são apresentados, por meio de uma pesquisa de campo, resultados de entrevistas semiestruturadas realizadas com três professoras de Letras (Português e/ou Inglês). Dessas três profissionais, uma atua como docente na rede estadual e em uma instituição privada (Ijuí-RS) e duas atuam na rede municipal de ensino (Tapera e Passo Fundo-RS)<sup>5</sup>. As entrevistas foram realizadas remotamente no mês de junho de 2021, via recurso de chamada de vídeo do WhatsApp e gravadas para posterior transcrição, essa realizada de modo manual. As docentes são identificadas como P1, P2 e P3 e as transcrições de suas falas estão marcadas em destaque tipográfico itálico, já em negrito aparecem as marcas linguísticas que corroboram com os conceitos evidenciados durante a análise. Salientamos que os excertos trazidos foram escolhidos, dentre vários, por se aproximarem do tema proposto.

Os dados foram analisados à luz da Análise Textual Discursiva (ATD), desenvolvida por Moraes e Galiazzi (2016), a qual se coaduna ao que pesquisadores concebem como pesquisa descritiva e interpretativista. Com centralidade do pesquisador no processo metodológico, a ATD possui uma sequência procedimental de quatro componentes, que devem ser empregados autoralmente no processo analítico: 1) processo de unitarização ou desmontagem dos textos; 2) categorização ou estabelecimento de relações; 3) captação do novo emergente; 4) um processo auto-organizado. Esse processo como um todo pode

---

<sup>5</sup> Embora se trate de um *corpus* pequeno de participantes, esta pesquisa coletou informações e dados acerca do objetivo, logo, assim como nos Estudos de Caso, acreditamos que, embora sejam contextos particulares e singulares, podem ser generalizados ao âmbito profissional docente.

ser comparado a uma tempestade de luz, pois diz respeito a “criar as condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenada, formam-se ‘flashes’ fugazes de raios de luz sobre os fenômenos investigados” (Moraes; Galiazzi, 2016, p. 13), os quais, segundo esforço de comunicação intenso, permitem interpretações novas ao longo da análise.

Das entrevistas realizadas e da ATD empregada, emergiu a seguinte categoria, com a respectiva afirmação: a) as dramáticas do uso do corpo-si de docentes de Letras durante a pandemia e na volta às aulas presenciais escancaram a intensificação do trabalho professoral. Por meio dela, a materialidade linguístico-discursiva foi evidenciada alternadamente com os preceitos teóricos adotados (dramáticas do uso do corpo-si, saberes constituídos e investidos, renormalizações e renormatizações), que circundam a temática Linguagem e Trabalho na interface com as conjecturas teóricas da Ergologia.

### 3 AS DRAMÁTICAS DOS CORPOS-SI DOCENTES NA PANDEMIA: ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos a análise realizada a partir do material linguístico-discursivo constituído pelas transcrições das falas das professoras de Letras da educação básica, a fim de verificar as dramáticas que transcorrem sua ação neste período pandêmico. Para tanto, a análise discursiva e a discussão são realizadas a partir do constructo teórico adotado, em uma interface entre linguagem e trabalho, com base em conceitos ergológicos, os quais foram apresentados na metodologia e também na fundamentação teórica.

Segundo a ATD, que permitiu construir uma tese reafirmada pela construção dos metatextos, foi possível elaborar proposições e/ou respostas ao questionamento inicial “quais as dramáticas enfrentadas pelos professores de Letras da educação básica durante o ensino remoto, ocasionado pela pandemia, e durante o retorno às aulas presenciais?”. Tais proposições permitem entender

que as dramáticas do uso do corpo-si docente, no âmbito investigativo, franqueiam a intensificação do trabalho professoral.

Destarte, apresentamos, a seguir, a categoria emergida da análise do material discursivo.

### **3.1 As dramáticas que permeiam a atividade docente de Letras durante a pandemia e na volta às aulas presenciais escancaram a intensificação do trabalho professoral**

Ao investigar e expor a linguagem, por meio dos discursos das docentes, podem ser evidenciados diversos fatores. Contudo, ressaltamos neste texto aqueles que se tornaram mais recorrentes nas falas, que dialogam entre si e que salientam que a burocracia, a não assistencialidade, o trabalho e a sua jornada aumentaram pelo acontecimento da pandemia, o que ocasionou, por consequência, a intensificação laboral, constatada pelas marcas linguísticas apresentadas.

O uso do corpo-si representa, de acordo com Mencacci e Schwartz (2015, p. 32), “[...] o trabalho [...] pensando como exploração e, portanto, utilização dos homens”. Ao pensar o homem como parte essencial para o trabalho e no trabalho, Mencacci e Schwartz (2015) apresentam as dramáticas a partir de algo imprevisto que acontece e que pode gerar necessidades de remodelar a forma ou o ambiente de trabalho. Desse modo, primeiramente, a pandemia modificou demasiadamente o trabalho docente na concepção das professoras, pois, nas palavras de P2 e P1:

*A pandemia modificou eu acho que muito né o exercício do magistério, no sentido que ela impôs assim, né, rapidamente então o uso das tecnologias para acessar as aulas na modalidade EaD (P1); a gente teve que aprender várias coisas, [...] vários colegas não estavam acostumados, né, à tecnologia e muitos não tinham nem sequer um conhecimento que desse conta do recado, nem mesmo o celular ali no início (P2).*

Logo, essas dramáticas envolvem uma lacuna que reinava até 2020: a falta de formação em relação à integração das tecnologias digitais nos planejamentos educacionais – seja na formação continuada pessoal, seja naquela ofertada pelos órgãos reguladores da educação. Isso pode ser evidenciado por meio das seguintes marcas linguísticas: “[a pandemia] *modificou eu acho que muito né o exercício do magistério*” e “[...] *impôs [...], rapidamente [...] o uso das tecnologias*” (P1). Nesse sentido, pensar em uma formação continuada que envolva temas precários e/ou marginalizados pela grande maioria implica a constituição das dramáticas do uso do corpo-si pelos outros, fator muito presente na caminhada professoral de docentes, já que seu objetivo primeiro é formar indivíduos. Assim, a dramática da falta de formação adequada pode ser percebida também em falas como a que assevera que “*muitos não tinham nem sequer um conhecimento que desse conta do recado, nem mesmo o celular ali no início*” (P2). Tal reflexão pode explicar, portanto, essa aprendizagem forçada. Tais indícios se ligam também estritamente aos saberes investidos e constituídos.

Desde o início de 2020 e, conseqüentemente, da pandemia, os professores tiveram que aprender a lidar com os meios digitais para dar aulas aos seus alunos por meio do chamado ensino remoto – o que indica o uso de si por si e uso de si pelos outros. Isso quer dizer que esses usos de si pelos outros opera como “conjuntos operatórios prescritos [entre] ponto extremo e o mais próximo do agir industrioso mesmo no conjunto das normas que enquadram o trabalho em empreendimentos dessa natureza” (Schwartz, 2014, p. 261). Mas, não só isso: também tiveram que aprender e se adaptar ao ensino à distância, concomitantemente exercido ao ensino remoto.

Essa falta de conhecimento sobre as tecnologias digitais, aliada à pandemia, implicou renormalizações, as quais são evidenciadas em “*a gente teve que aprender*”, por exemplo, em que o verbo “teve” indica obrigatoriedade/condicionamento, posto que o cenário educacional também se modificou: professores e alunos conectam-se entre si e veem a si mesmos e

interagem por meio de telas, computadores e celulares, ou comunicam-se por meio de folhas de atividades, e fazem isso em suas casas, seus lares. Além disso, o cenário evidencia os saberes investidos e constituídos, já que aborda essa relação entre o conhecimento formal e o conhecimento prático no ambiente organizacional.

Freitas (2014, p. 3288) destaca que “Mesmo que os docentes sigam as normas, há renormalizações no exercício da atividade, visto que [...] vivenciam maneiras específicas de construir e de reconstruir situações de trabalho, em sala de aula, e a si próprios, sua maneira de ser e de dizer”. Assim, os professores que não tinham costume, não gostavam e/ou não sabiam utilizar os meios digitais interligados ao propósito de criar planejamentos e ensinar, tiveram que se adaptar, se reinventar e renormalizar – o que indica uma cooperação entre os saberes investidos e constituídos. Mencacci e Schwartz (2015) destacam que o estudo dessas duas formas de conhecimento é essencial para compreender a dinâmica do trabalho e a interação, o que faz crer que a combinação adequada do “saber constituído” e do “saber instituído” pode resultar em práticas mais eficientes, inovação e melhoria contínua nos processos de trabalho.

Essa situação gerou alguns problemas: a escola é o local de primazia da interação social e da abstração dos conhecimentos culturais e históricos já sistematizados e existentes na sociedade, entretanto, o lar e a família representam um ambiente restrito e uma instituição que já tem o seu prescrito, suas tarefas e atividades próprias, e que, na pandemia, ao invés de apenas mesclar-se com o fazer docente, tornou-se palco dessa ação pedagógica. Segundo P2, durante as aulas, *“muitas vezes, eu tinha que ir fechar o microfone né e fazer essa parte que é da esfera da minha vida privada, dentro do meu tempo da minha vida profissional”*. Os lares representam um outro lado dos docentes que não é, normalmente, visto no espaço escolar. Então, a postura adotada também implica um outro agir e fazer, como o discurso de P2, que demonstrou, inclusive, uma certa inquietação e incômodo ao admitir que realizava tais ações mesmo em horário de aula.

Esse fator aumenta sobremaneira a carga horária e mesmo o nível de concentração para realização do que se exige para exercício da tarefa laboral. P1 reforça essa ideia: “[...] *eu não preciso nem falar, né, mas o trabalho que sempre foi bem árduo assim e a quantidade de horas e né, toda a exigência, agora tá triplicado*”. As pistas linguístico-enunciativas denotam a interpretação de que existem discursos já naturalizados, como o fato de que o trabalho docente é árduo, o que é algo que “*não preciso nem falar*”. P3 corrobora com essa ideia, pois, segundo ela, “*já virou um senso comum, todo mundo sabe que o professor não consegue dar conta do seu trabalho simplesmente nas horas em que ele está dando aula e nas poucas horas [...] que são destinados ao planejamento [...]*”. Assim, vê-se um discurso enraizado por outros, mas que faz referência às dramáticas do uso de si dessas docentes.

Além disso, a jornada de trabalho com a volta às aulas intensificou-se ainda mais. O elemento discursivo de P3 corrobora e atesta, de certa forma, o medo de P1, que à época, por não ter voltado às aulas presenciais ainda, disse: “*Pois é, a volta presencial, ainda não posso falar muito, mas eu tô com bastante medo de que fique mais e mais trabalho ainda*”. Isso porque P3 explica que o trabalho se modificou, demandam-se mais tarefas e, sobretudo, atividades, conforme podemos perceber no segmento discursivo de P3, que tem que fazer cinco planos de aula em formatos diferenciados:

[...] *eu preciso planejar aula para a turma presencial, preciso planejar [...] as atividades que serão dadas impressas a cada 15 dias, preciso planejar aula para colocar no google meet, na plataforma classroom, e ainda então teria que planejar as aulas também para os alunos especiais [...]. E está sendo uma experiência horrível e extremamente difícil e desgastante, ocupa muito tempo além da jornada de trabalho, porque os horários que a gente tem de planejamento não são suficientes para dar conta de tantas modalidades de atender os alunos nessas diferentes formas [...]* (P3).

Uma renormalização presente no discurso de P3 é percebida quando a docente afirma que “*a gente acaba dando muito mais prioridade para os alunos que estão no presencial, e o ensino online a gente acaba fazendo [...]* Sempre ali em cima dos prazos, correndo contra o tempo, fazendo só o mínimo que consegue, porque há uma

*demanda que é muito difícil de atender*". Toda dramática que implique uso de si por si e uso de si por outros numa atividade laboral tem como background uma renormalização. A norma, nesse contexto, exige que a profissional consiga ensinar e dedicar-se igualmente aos alunos, independentemente da modalidade. Contudo, isso não é o que ocorre. Assim, conforme salienta Schwartz (2011, p. 31-34), "todo o trabalho possui uma parte visível e invisível". A primeira pode e tende a ser apreciada, já a segunda trabalha na penumbra, nos níveis não mensuráveis do trabalho, anda lado a lado com as entidades coletivas e faz parte das renormalizações.

Nas transcrições abaixo, outros fatores que se aliam a esses entendimentos são as questões burocráticas, que aumentaram, como presente nas pistas linguísticas: "*tem que cumprir com certas burocracias, [...] Aí, somado a isso, né! Aqui a gente tinha uma, digamos assim, um ordenamento, né, que veio da supervisão*" (P2), "[...] estejam cobrando tanta burocracia da gente"; "[...] a gente podia tá usando o tempo que tá sendo burocraticamente utilizado [...]" (P1), e a falta de diálogo com a gestão e/ou órgãos superiores na aceitação de sugestões e resolução de problemas, o que pressupõe o vazio do debate de normas nessa realidade, como indicam as seguintes marcas linguísticas: "[...] o sindicato dos professores do CMP faz o que pode, eu estou olhando o ponto de vista do meu lugar, mas não é muito ouvido assim, não" (P1).

Assim, ao falar sobre as tarefas exigidas dos professores por parte das coordenações da escola, de elaborar três tipos de planejamentos para serem entregues (à coordenação, ao aluno e para postagem no *Google Classroom*, plataforma utilizada para as aulas EaD), P1 e P2 dizem:

*[...] tem que cumprir com certas burocracias, como a palavra diz burro, né! [...] Aí, somado a isso, né! Aqui a gente tinha uma, digamos assim, um ordenamento, né, que veio da supervisão, [...] então a gente tinha um plano de aula em PDF, com aquela identificação formal, do plano de aula e tal objetivo, habilidades, envolvidas e tal e o desenvolvimento da aula em si, que daí sim seria [...] a parte prática da aula [...], que gerava essa bola de neve de arquivos que eu tinha que anexar e ao mesmo tempo, todo dia tava também planejando" (P2); "[...] esse é um problema estrutural e talvez por essa razão estejam cobrando tanta burocracia da gente, porque que um roteiro seria o suficiente sabe? [...] Então esse é o maior desafio porque a gente analisa que a gente podia tá usando o tempo que tá sendo burocraticamente utilizado [...]. Sabe, a gente podia*

*pensar em planejamentos melhores [...]. [...] a gente ficou assim bem desapontado, o sindicato dos professores do CMP faz o que pode, eu estou olhando o ponto de vista do meu lugar, mas não é muito ouvido assim, não sei, por quê? (P1).*

Conforme demonstram esses segmentos discursivos em negrito, a dramática implicada no uso do corpo-si ao realizar tarefas burocráticas deixou, inclusive, as docentes desapontadas – “[...] a gente ficou assim bem desapontado” –, pois, como enuncia P1, elas poderiam utilizar esse tempo para criar planejamentos melhores, ou seja, utilizar esse corpo-si pelos outros. Mas que outro? Embora a burocracia seja feita para responder a um outro superior, o gestor e/ou coordenador pedagógico, o outro que se liga à sua atividade principal é o aluno. É para ele que planejamentos melhores poderiam ser feitos. E ainda que as práticas durante a atividade sejam renormalizadas, esses planejamentos e suas variações são prescrições aquém dessa singularização normativa.

Essa dramática que envolve o uso do corpo-si marcado pelos outros é notável a partir da preocupação de P3, que explica que há *“um atraso que aconteceu [...] em relação às habilidades que os alunos já deveriam ter desenvolvido, as competências e [...] que deveriam estar ok [...] para a gente poder avançar para novas etapas de ensino”*. Com isso, há uma precarização muito grande da aprendizagem e a docente mostra-se empática com isso, com esse outro – digamos, mais importante –, que é o aluno. Assim, já que no uso do corpo-si por si “é a pessoa que reinventa uma certa maneira de ser, de viver, de sobreviver, de sobreviver com os outros” (Mencacci; Schwartz, 2015, p. 36), é possível perceber, esse debate de valores.

Além disso, o uso do *WhatsApp* como recurso de comunicação e, muitas vezes, como ferramenta de ensino, também é encarado como uma dramática, posto que implica igualmente o aumento da jornada de trabalho. Segundo P1 e P2, respectivamente:

*Tem que entrar em grupo de alunos que a gente continua até hoje, infelizmente [...] (P1); Além disso o professor é acionado o dia inteiro pelo WhatsApp né, os pais, os alunos, eles*

*não tem horário para vir tirar dúvidas com o professor [...] e acaba que o professor fica com essa sobrecarga o tempo inteiro né, porque ele tá ali sempre sendo chamado a atender alguma questão (P3). Então acontecia muito eles perguntarem fora desse horário aquilo que já tinha sido tratado no outro horário e, assim, eram várias mensagens entrando no WhatsApp nosso, tipo, no fim de semana, à meia noite. Tipo umas coisas assim, né? E claro que isso afeta, né? Porque daí a gente fica sempre com a mente ligada e não desliga e interfere na questão do descanso que além de ser um direito, é necessário (P2);*

A partir desses discursos– em especial nos fragmentos destacados em negrito –, podemos perceber a infelicidade, o efeito, o esgotamento, a sobrecarga, a jornada tripla que demarcam as dramáticas desses usos do corpo-si dos professores pelos outros. Conforme Schwartz (2014, p. 261), “a proliferação das atividades ditas de serviço obriga a enfrentar de modo bem mais direto uma dimensão em geral bem invisível do trabalho”: de que toda continuidade de atividades que envolvem debates e arbitragens é emblemática e gera renormalizações.

Destarte, como podemos observar a partir das respostas de P1, P2 e P3, a pandemia foi uma experiência muito complicada, pois deixou os professores adoecidos, cansados, “ligados” o tempo todo, sem tempo para se dedicarem a si mesmos, trabalhando em excesso. Ademais, afirma P3 sua percepção de que: “[...] uma pessoa que está de fora da realidade da escola atualmente não consegue imaginar as dificuldades que nós estamos enfrentando”. Nesse contexto, relatam P1 e P2, respectivamente:

*[...] eu sou uma das professoras que começou a fazer terapia no final do ano de 2020 [...]. Porque muitas pessoas precisam, mas nós professores principalmente. [...] A jornada de trabalho como eu falei antes triplicou, né, aí falando essa questão realmente resultou em problema de saúde, né? Tem eu que sempre fui muito muito ativa, sempre gostei de fazer exercício, me descobri agora hipertensa, então eu tô tomando remédio, com meu braço dormente esquerdo dormente, que é muito assustador [...] (P1); [...] mas chegou um ponto que isso também me desgastou, né, e prejudicou inclusive a minha vida afetiva e familiar (P2).*

Dessa maneira, observamos que a pandemia denota principalmente o cansaço profissional do docente, como nota-se na marca “A jornada de trabalho como eu falei antes triplicou” (P1). Logo, o período de pandemia patenteia uma nova circunstância de trabalho que frisa cenários de adoecimento mental nos

docentes, como evidenciado em “*essa questão realmente resultou em problema de saúde*” (P2). Schwartz (2014, p. 261) ressalta a ideia de que o uso de si é uma imposição contínua das escolhas feitas diariamente, daí surge a expressão do trabalho como essa dramática do uso de si, pois “a atividade industriosa se torna cada vez mais um encontro de dramáticas do uso de si, a de um agente no trabalho e a do usuário, do cliente, do paciente, do aluno etc.”. Nesse sentido, estão em ação intensos medos, instabilidades e inseguranças nas interações humanas, uma vez que a cadência do labor virtual é mais aguda do que nas aulas habituais. Isso exige, não obstante, transformações práticas que degenerem esse sentimento de sofrimento, insatisfação e sobrecarga.

Desse modo, além de os professores desenvolverem sentimento de ansiedade e medo do coronavírus, que pode causar a morte, ainda existem várias outras preocupações ocasionadas pelo trabalho excessivo e sem descanso. Sobre o retorno às aulas, P2 diz: “*Eu me senti forçado a retornar às aulas presenciais, né! Porque aqui em Tapera foi, o retorno se deu mesmo antes do Decreto Estadual impor*”. Quando proferiu o enunciado, ela estava com uma voz frustrada, pois em seguida explicou que tem asma, mas não pôde afastar-se das suas atividades, já que, para isso, deveria ter pelo menos mais alguma outra doença que fosse considerada comorbidade.

Por conseguinte, conforme afirma Schwartz (2014, p. 269), ao utilizar o trabalho como uso de si, essa ação corresponde ao uso de um corpo-si. Prossegue o autor destacando que, nesse fenômeno, é essencial “[...] o debate entre o uso de si por si e o uso de si por outros, a inevitável arbitragem, e, portanto, a presença de valores que possibilitam as escolhas, as resultantes das dramáticas em termos de recentramentos, ‘renormalizações’”. É nesse cenário que esses valores são investidos e infiltrados nos agires do corpo próprio, o que implica dizer que há um mundo de valores que impõem normas às ações.

Todas as circunstâncias discutidas até então têm relação direta e são ocasionadas pela intensificação do trabalho professoral. Schwartz (2010) explica

que esse termo se difere da concepção de trabalho intenso, por exemplo, que pode significar algo bom e positivo na maioria das vezes (Schwartz; Duc; Durriue, 2010). A intensificação é vista sob seu plano negativo, pois há momentos em que “a diversidade de interlocutores, a multiplicidade de coisas a realizar ao mesmo tempo, a incapacidade de controlar o próprio curso de seu trabalho”, tudo isso representa “um trabalho que se intensifica de modo que a carga se torna cada vez mais difícil de suportar” (Schwartz; Duc; Durriue, 2010, p. 30). Esse contexto, de modo global, repercute no mal-estar docente e profissional.

Nesse cenário, ao buscar-se respaldo na Ergologia, na compreensão das dramáticas, entende-se que tarefas, atividades que envolvem o mundo do trabalho docente, precisarão ser renormalizadas no futuro, para que situações como as demonstradas nesta pesquisa sejam melhor pensadas e realizadas, de modo que haja cada vez mais uma melhoria laboral dessa classe trabalhadora. Desse modo, assim como expôs Bronckart (2006), reconhecemos que – embora precisem ser – tais aspectos, por vezes, não são evidenciados e expostos, e por isso o fazemos neste artigo.

Diante disso, a partir da materialidade linguística aqui empreendida pelos metatextos, elaborados com base no material discursivo, é possível compreender que as dramáticas envoltas do uso do corpo-si docente no trabalho são várias. Dentre elas, estão as mudanças acarretadas pela pandemia – principalmente pelo uso da tecnologia digital e pela mudança de cenário educativo (da escola para o lar) –; a tripla jornada de trabalho; a sobrecarga de atividades, agravada pela exigência de elaboração ou de adaptação dessas atividades a formatos diferentes, para atender a grupos diversificados e a plataformas também diversas; o uso do *WhatsApp*; e o surgimento de questões burocráticas obsoletas e sem otimização. Conseqüentemente, a sobrecarga laboral e a intensificação do trabalho podem dificultar a atividade docente, pois os professores veem a si mesmo como estáticos, desestimulados e adoecidos.

Por fim, faz-se necessário reconhecer a superação que marcou o trabalho docente nesse período, pois, acima de tudo, a situação inusitada posta pelo contexto pandêmico levou esses profissionais a buscarem conhecimento, de modo que ao viverem uma situação imprevisível, inseriram a si mesmos em uma situação de elevação do saber. Mesmo que com problemas, os docentes souberam e tiveram capacidades inimagináveis de fazer “o possível e o impossível” dentro de suas condições, e, nesse cenário, mobilizaram saberes investidos que fizeram renormalizações e usos de si por si, o que lhes consagra num papel imperial único, e o sentimento que fica é de reconhecimento.

A partir disso, tendo em vista esse contexto investigativo, a seguir damos destaque às considerações finais desta pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta produção delimitou-se ao tema da interface entre os estudos sobre Linguagem e o Trabalho a partir dos conceitos teóricos da Ergologia. No período pandêmico, muitas profissões encontraram diversos problemas e defasagens, dentre elas – e em especial – a profissão docente. Com isso, o objetivo foi identificar e analisar as dramáticas do uso do corpo-si, os saberes constituídos e investidos, as renormalizações e as renormatizações enfrentadas por professores de Letras da educação básica durante o ensino remoto e no retorno às aulas presenciais em 2021.

A partir disso, é visível a importância da realização de investigações que abordem os temas discutidos neste trabalho, porque a Ergologia permite – com base em conceitos como os de dramáticas do uso si, uso de si pelos outros, renormalização, etc. – olhar para a atividade laboral de um outro modo e compreender aquilo que confere aplicabilidade, ação e práxis aos constructos experienciais da atividade de labor.

Assim, as dramáticas dos usos do corpo-si docentes enfrentadas pelas professoras de Letras da educação básica durante o ensino remoto, ocasionado

pela pandemia, e durante o retorno às aulas presenciais, ilustram que a intensificação laboral foi a correspondência principal para seus surgimentos. O estudo demonstra que os saberes das docentes elaborados a partir da atividade laboral, que dizem respeito ao momento de realização da aula – seja no âmbito presencial, à distância ou virtual –, constituem-se como renormalizações e, conseqüentemente, como dramáticas de sua profissão. As renormalizações denotam exatamente esse conhecimento do outro, do professor, enquanto ser humano e agente do seu ser e fazer, especialmente como visto a partir da discussão acerca dos saberes investidos e constituídos. Ainda que aqui busquemos dar destaque à sua atuação e ao seu aprendizado, sua boa atuação, ser e fazer laboral frente à toda a situação, o que fazem as dramáticas é de fato escancararem a intensificação do trabalho professoral.

Nesse sentido, as contribuições desta pesquisa se alinham à verificação de quem foi possível identificar e expor as particularidades dos discursos produzidos sobre as situações sociais das profissionais de Letras participantes da pesquisa, próprias do contexto profissional do professor em um momento de pandemia. Algumas limitações podem ser evidenciadas, especialmente pelo baixo número de participantes na pesquisa, contudo, por isso, sugere-se uma investigação com um número maior de participantes e que possa mesclar dados quali-quantitativos, para apresentar também percentual de elementos.

Por fim, no percurso investigativo que embasou a produção deste texto, foi possível compreender a complexidade e as múltiplas possibilidades de sentido que podem ser construídas a partir da investigação acerca da materialidade discursiva de docentes sobre as dramáticas de uso dos corpos-si no trabalho, que evidenciam, inclusive e principalmente, a dimensão humana da profissão. Está aí uma convocação provocativa aos linguistas: desenredar, analisar e abarcar os discursos para além da ponta do *iceberg* que é a práxis docente.

## REFERÊNCIAS

- BRONCKART, Jean-Paul. Por que e como analisar o trabalho do professor. In: \_\_\_\_\_. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 203-229.
- FAÏTA, Daniel. Análise das práticas languageiras e situação de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; FAÏTA, Daniel (org.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 45-60.
- FREITAS, Ernani Cesar. As práticas de linguagem no e sobre o trabalho: discursos da prescrição na atividade docente. In: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATIA, Anais [...], 7, João Pessoa - Paraíba, Brasil, p. 3280-3294, 2014.
- GUÉRIN, François. Trabalho, tarefa, atividade. In: GUÉRIN, F. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Blucher, 2001, p. 7-46.
- MORAES, Roque. GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.
- NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; FAÏTA, Daniel (org.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 17-30.
- SCHWARTZ, Yves. *Disciplina Epistêmica Disciplina Ergológica. Paideia e Politeia. Posições*, v. 13, n. 1 (37), p. 126-149, 2002.
- SCHWARTZ, Yves. *Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência*. Letras De Hoje, 2014.
- SCHWARTZ, Yves. Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (org.). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010, p. 37- 46.
- SCHWARTZ, Yves. Manifesto por um engajamento. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 132-166.
- SCHWARTZ, Yves; DUC, Marcelle; DURRIVE, Louis. Trabalho e Ergologia. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (orgs.). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói, 2010, p. 25-46.

MENCACCI, Nicole; SCHWARTZ, Yves. Trajetórias e usos de si. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (orgs.). Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015, p. 17-53.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. Revista HISTEDBR Online, v. 10, n. 38e, p. 93-113, 2012.

*Nota do editor:*

*Artigo submetido para avaliação em: 25 de julho de 2023.*

*Aprovado em sistema duplo cego em: 21 de outubro de 2023.*